



# REDE RESTAURA

DE JUSTIÇA RESTAURATIVA

Protocolo de Instalação e Portfólio de Projetos

Terceira Vice-Presidência

Versão 2025



## Sumário

|   |    |
|---|----|
| 1. JUSTIFICATIVA  | 4  |
| 2. CONCEITO DE REDE COLABORATIVA                        | 12 |
| 3. REDE RESTAURA JR TJMG                                | 18 |
| 4. GESTÃO DAS REDES                                     | 22 |
| 4.1 Dos Papéis na Rede Restaura JR TJMG                 | 26 |
| 4.2 Plano de Ação                                       | 33 |
| 4.3 Acompanhamento Permanente                           | 36 |
| 5. VISITAS TÉCNICAS E REPLICAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS       | 38 |
| 6. PORTFÓLIO DE PROJETOS DE JUSTIÇA RESTAURATIVA TJMG   | 42 |
| 6.2.2 CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA                   | 52 |
| 6.2.3 CONTEXTO FAMILIAR                                 | 61 |
| 6.2.4 CONTEXTO LABORAL E ADMINISTRATIVO                 | 62 |
| 6.2.5 CONTEXTO CRIMINAL E PRISIONAL                     | 66 |
| 6.2.6 CONTEXTO INFÂNCIA E JUVENTUDE                     | 75 |
| 7. COMO IMPLANTAR A JUSTIÇA RESTAURATIVA NA SUA COMARCA | 82 |
| 8. CAPACITAÇÕES DISPONÍVEIS                             | 85 |
| 9. CONCLUSÃO  | 87 |



## 1. JUSTIFICATIVA

Fazendo memória do caminho até aqui percorrido é importante recordar que todo trabalho de Justiça Restaurativa do TJMG foi objeto de rico e aprofundado **Estudo de Caso Diagnóstico**, que objetivou a identificação de oportunidades de melhoria e fomento à política pública judiciária de Justiça Restaurativa.

Como decorrência foi produzido **Relatório de Análise de Políticas Públicas de Justiça Restaurativa** no qual foram analisados os seguintes grupos



temáticos: gestão da infraestrutura material; gestão de processos de trabalho; gestão de projetos; gestão de redes colaborativas; gestão de resultados; gestão histórico-estatística; gestão do conhecimento; e gestão com pessoas.

Nesse sentido, o Comitê de Justiça Restaurativa – COMJUR, em reunião deliberativa ocorrida em 13 de fevereiro de 2023 aprovou sugestão de criação de **Rede Multinível, Multissetorial e Interinstitucional Judiciária de Justiça Restaurativa do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais** -



**RESTAURA JR TJMG**, hoje consolidada na **Portaria Conjunta** n. **1.446/PR/2023**.

A rede **RESTAURA JR TJMG** é composta por **sub-redes divididas por eixo temático** e seu funcionamento foi regulado por **Protocolo de Instalação** aprovado pela Terceira Vice-Presidência, inclusive com a definição de papéis para os diversos atores participantes ali referidos.

Das deliberações colegiadas nas sub-redes foram adotados planos de ação quadrimestrais,

5/78



onde foi proposto o primeiro ciclo de desenvolvimento que abarcou as seguintes etapas:

- a) Mapeamento de iniciativas;
- b) Apoio à Formalização de Projetos de JR;
- c) Aprovação de Projetos;
- d) Início do Acompanhamento Permanente;
- e) Sensibilização de Magistrados Coordenadores e Magistradas Coordenadoras de Cejusc quanto à



possibilidade de Implantação de  
Projetos de JR;

f) Apresentação de propostas,  
ações e iniciativas sequenciais.<sup>1</sup>

Ao final do primeiro ciclo quadrimestral,  
foi possível apoiar, documentar e aprovar projetos de Justiça  
Restaurativa em seus diversos eixos temáticos.

Durante as visitas técnicas desta  
Terceira Vice-Presidência aos Centros Judiciários de Solução

---

<sup>1</sup> Processos SEI 0484470-56.2023.8.13.000, 0484042-74.2023.8.13.0000,  
0484479-18.2023.8.13.0000 e 0484026-23.2023.8.13.0000.



de Conflitos e Cidadania, tem sido levados conhecimentos básicos de Justiça Restaurativa, inclusive com a promoção de círculos de paz não conflitivos e explicações sobre a rede RESTAURA JR TJMG, de maneira a sensibilizar e apoiar novas iniciativas locais.

O presente documento, busca facilitar, ainda mais, a compreensão e adesão à **REDE RESTAURA JR TJMG**.



Optou-se por abarcar, nesta primeira versão, o Protocolo de Instalação da REDE RESTAURA JR TJMG e um breve portfólio de projetos.

O Protocolo de Instalação vai permitir a compreensão do que é uma rede colaborativa, como ela funciona, os papéis dos diversos atores de rede nas conformações ali definidas e como podem a ela aderir.

Na segunda parte, buscou-se identificar

- o **portfólio os projetos** já formalizados por Comarca e áreas/conflitos onde aplicados.



A explicitação das áreas onde aplicados os projetos homologados (penal, família, infância e juventude, escolar, etc.), facilitará o *benchmarking*, a troca de experiências, inclusive na construção de projetos semelhantes, com as adaptações necessárias à realidade e à conformação da rede locais, como também poderá inspirar iniciativas inovadoras.



## 2. CONCEITO DE REDE COLABORATIVA

Antes de adentrar ao conceito de rede para fins do presente protocolo é importante relembrar que ele também está presente em outras ciências que não a ciência da administração:

Essa categorização de “**rede**” é aplicada em várias ciências, como Biologia, Física,



Administração e, mais recentemente, Tecnologias de Informação e Comunicação.<sup>2</sup> (g. n.)

No caso presente, **não se trata de rede informatizada ou comunicacional**, embora se possa usar instrumentos da ciência da computação para auxílio aos trabalhos realizados.

Trata-se sim, de **Rede Colaborativa de Organizações (RCO)**, conceito que se mostra aderente à dimensão administrativa e gerencial da administração pública

---

<sup>2</sup> Pezoti, Rosangela Helena. **Gestão em rede e articulação intersetorial** (Série Universitária) (p. 5). Editora Senac São Paulo. Edição do Kindle.



e que se revela pela coordenação de esforços de organizações ou indivíduos, de maneira articulada, para o atingimento de objetivos adequadamente descritos e estabelecidos:

**“Uma rede colaborativa, ou também conhecida como Rede Colaborativa de Organizações (RCO), é constituída por uma variedade de entidades que podem ser organizações ou indivíduos, em grande parte autônomos, distribuídos geograficamente e**



heterogêneos, principalmente quanto aos seus ambientes operacionais e suas culturas. [...] **Diferentemente de outras redes, a colaboração em uma RCO é uma intenção que deriva de uma crença compartilhada que os seus participantes podem atingir objetivos que não seriam alcançados devido aos altos custos e/ou a falta de conhecimento em várias áreas de atuação se fossem executados por apenas uma organização**

(Camarinha-Matos e Afsarmanesh, 2004)



e; Camarinha-Matos et al., 2005a)”.<sup>3</sup>. (g.  
n.)

Assim, a **REDE RESTAURA JR TJMG** e as **sub-redes** que a integram são, portanto, redes colaborativas gerenciais cuja função é congregar Magistrados, Magistradas, servidores e servidoras do Poder Judiciário em trabalho coordenado e estruturado que permita a efetiva prestação de serviços de Justiça Restaurativa determinados na Resolução n.

---

<sup>3</sup> (In LOSS, Leandro. Tese de Doutorado: **Um Arcabouço para o aprendizado de redes colaborativas de organizações: uma abordagem baseada em aprendizagem organizacional e gestão do conhecimento**. Universidade Federal de Florianópolis. Florianópolis, agosto de 2007.”



971/2021 do TJMG e na Resolução 225/2016 do Conselho Nacional de Justiça.



### 3. REDE RESTAURA JR TJMG

A Rede **Multinível, Multissetorial e Interinstitucional Judiciária de Justiça Restaurativa do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - RESTAURA JR**, criada pela Portaria Conjunta n. 1.446/PR/2023 como rede mãe [rede guarda-chuva] está estruturada em sub-redes temáticas cujas funções são delimitadas no referido normativo.

A rede **RESTAURA JR TJMG** é composta, por sua vez, por **05 Sub-redes**:



FAMÍLIA JR TJMG;

JUVENTUDE JR TJMG;

RECUPERA JR TJMG;

PACIFICA JR TJMG;

COLABORA JR TJMG.<sup>4</sup>

As sub-redes referidas possuem **eixos temáticos** aclarados na Portaria n. 1.446/PR/2023 que abarcam os diversos segmentos jurídicos onde a Justiça Restaurativa pode ser implementada, entre os quais

---

<sup>4</sup> Art. 4º da Portaria Conjunta n. 1.446/PR/2023 do TJMG



destacam-se **Violência doméstica e conflitos familiares, infância e juventude, recuperação e sistema prisional, conflitos organizacionais e laborais.**

A rede **COLABORA JR TJMG** será responsável por propor, estudar, mensurar, fiscalizar, aderir, constituir, desconstituir ou implementar ações de cooperação nacional e internacional da Rede RESTAURA JR TJMG e das demais Sub-Redes de que trata esta Portaria Conjunta com outros parceiros, conforme o interesse do TJMG.



Há, portanto, uma complementaridade e harmonia na forma como estas sub-redes se articulam na REDE RESTAURA JR TJMG.



#### 4. GESTÃO DAS REDES

Como se trata no caso de Rede Colaborativa de Organizações (RCO) precisa estruturar-se gerencialmente, de maneira a que cada um dos seus participantes possa ter papéis definidos.

Portanto, é ínsito ao conceito de rede colaborativa gerencial, como acima mencionado, que organizações e respectivos setores, juntamente com os indivíduos que as compõem possam harmonizar-se na



construção de programas, projetos e ações que permitam o atingimento de objetivos comuns.

Não há, por óbvio, a criação de cargos ou setores, mas a articulação em rede dos diversos atores já existentes neste Tribunal e que se fortalecem congregando esforços e objetivos comuns, sempre dirigidos ao cumprimento do planejamento estratégico e ao atingimento de padrões de excelência e qualidade na efetivação dos serviços judiciais de Justiça Restaurativa.

No caso, o objetivo comum é estruturar e pôr em funcionamento as sub-redes colaborativas de Justiça



Restaurativa que permitirão a ampliação, qualitativa e quantitativa, dos serviços judiciais de Justiça Restaurativa no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Segundo o disposto no parágrafo único, artigo 4º da Portaria Conjunta 1.446/PR/2023:

Parágrafo único. A Rede **RESTAURA JR TJMG** e **as Sub-Redes** criadas nesta Portaria Conjunta **serão geridas por Magistrados e servidores** indicados pela Terceira Vice-Presidência e designados



por Portaria do Presidente do Tribunal  
de Justiça. (g. n.)

Na designação de Magistrados,  
Magistradas, servidores e servidoras ali prevista é de suma  
importância que também sejam **definidos papéis** para que  
todos possam ser acolhidos nesse processo cooperativo e  
colaborativo que une os conhecimentos e capacidades de  
cada pessoa.

Por outro lado, é também fundamental  
que a organização do trabalho seja dotada da capacidade



gerencial necessária à articulação e canalização de esforços, de maneira a alcançar o melhor aproveitamento dos saberes e aptidões.

No tópico seguinte traz-se a exame uma breve descrição dos papéis nas redes criadas.

## **4.1 Dos Papéis na Rede Restaura JR**

### **TJMG**

No caso concreto, a definição da participação pode sintetizar-se em 06 (seis) papéis principais,



todos eles de fundamental importância para a construção das redes objeto deste trabalho.

Propõe-se para efeito de construção de papéis:

**Articulador de Rede;**

**Gestor de Projeto;**

**Facilitador Restaurativo;**

**Ator de Rede;**

**Parceiro Interno;**



## **Parceiro Externo.**

A cada um destes papéis correspondem funções que se estruturam em uma dinâmica de corresponsabilidade, engajamento e objetivam que sejam postas em funcionamento e se tornem efetivas as contribuições da rede e das sub-redes ora em exame.

Seguem-se, portanto, as funções atribuídas a cada um dos papéis acima descritos:



**Articulador de Rede:** pessoa designada por Portaria da Terceira Vice-Presidência para na forma do parágrafo único, do artigo 4º da Portaria Conjunta n. 1.446/PR/2023 atuar como gestora ou cogestora na articulação de programas, projetos e ações de Justiça Restaurativa, atuando em uma ou mais das sub-redes criadas no referido normativo.

## **Gestor de Projeto de Justiça**

**Restaurativa:** pessoa responsável pela gestão de um ou mais projetos de Justiça Restaurativa nos Cejuscs ou em unidades judiciárias, sob a supervisão de uma ou mais das sub-redes de



Justiça Restaurativa descritas na Portaria Conjunta n. 1.446/PR/2023;

**Facilitador Restaurativo:** pessoa previamente formada e capacitada segundo os parâmetros da Resolução n. 225/2016 do CNJ e legislação de regência, a aplicar práticas restaurativas no âmbito dos serviços judiciários do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais;

**Ator de Rede:** pessoa apta a atuar nos projetos de Justiça Restaurativa, auxiliando sua consecução, documentação e organização, sem exercer o papel de facilitador restaurativo;



**Parceiro Interno:** Órgão de Direção

[Presidência, Vice-Presidências, Corregedoria-Geral de Justiça]  
e/ou setores internos ao Tribunal de Justiça que venham a  
estabelecer parcerias e cooperações técnicas e operacionais  
em relação aos serviços prestados pela rede RESTAURA JR  
TJMG e suas sub-redes;

**Parceiro Externo:** Órgão externo ao

TJMG que venha a estabelecer convênios e acordos de  
cooperação técnica, em âmbito nacional e internacional,  
que possam propiciar a melhoria qualitativa e/ou quantitativa  
dos serviços de Justiça Restaurativa a cargo do Tribunal de



Justiça do Estado de Minas Gerais, respeitados os princípios, parâmetros e limites jurídicos da legislação de regência.

Os **articuladores de rede**, idealmente designados em um número de aproximadamente 03 pessoas por sub-rede, serão indicados para tanto pela Terceira Vice-Presidência, nos moldes do parágrafo único, do artigo 4º da Portaria Conjunta n. 1.446/PR/2023.

A identificação e atuação dos **Gestores de Projetos, Facilitadores Restaurativos e Atores de Rede**, será documentada e gerida pela Terceira Vice-Presidência, com o



auxílio da CEAJUR - Central de Justiça Restaurativa, nos moldes da Resolução 971/2021 do TJMG.

O recebimento de solicitações de formalização dos convênios e termos de cooperação técnica, inclusive daqueles encaminhados pelas demais sub-redes, serão documentados, formalizados e geridos pela **sub-rede COLABORA JR TJMG**.

## 4.2 Plano de Ação



As sub-redes **FAMÍLIA JR TJMG**, **JUVENTUDE JR TJMG**, **RECUPERA JR TJMG** e **PACIFICA JR TJMG** deverão apresentar à **SUB-REDE COLABORA JR TJMG**, planos próprios e estruturados de **abrangência quadrimestral ou semestral**, inclusive com detalhamento das datas de início e término das iniciativas e ações que serão realizadas para atingimento dos objetivos que lhes são próprios nos seus respectivos eixos temáticos.

Os referidos planos deverão ser **documentados via SEI**, com o acompanhamento permanente que permita a avaliação qualitativa e quantitativa do



atingimento dos objetivos previstos na Resolução 971/2016 do TJMG e na Resolução 225/2016 do Conselho Nacional de Justiça.

Haverá a documentação individualizada de projetos de Justiça Restaurativa em cada uma das unidades judiciárias do Estado de Minas Gerais, por cada uma das sub-redes dentro de seu eixo temático respectivo, objetivando-se o seu apoio e acompanhamento permanente.



### 4.3 Acompanhamento Permanente

Os trabalhos, ações e iniciativas As sub-redes **FAMÍLIA JR TJMG**, **JUVENTUDE JR TJMG**, **RECUPERA JR TJMG** e **PACIFICA JR TJMG** deverão gerar **relatórios bimestrais** de acompanhamento permanente.

O acompanhamento permanente consiste na atividade de monitoramento, mensuração e controle do desempenho das equipes e da realização das atividades e tarefas previstas no Plano de Ação.



São também parte do acompanhamento permanente a emissão de relatórios sazonais por cada uma das sub-redes, na forma do artigo 5º da Portaria Conjunta n. 1.446/PR/2023.



## 5. VISITAS TÉCNICAS E REPLICAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS

Pretende-se com o funcionamento efetivo da **REDE RESTAURA JR TJMG** que as boas práticas relativas à aplicação da Justiça Restaurativa sejam passíveis de replicação em outras unidades judiciárias.

Para tanto, houve a aprovação pelo **COMJUR - COMITÊ DE JUSTIÇA RESTAURATIVA<sup>5</sup>** da diretriz de que seja desenhado e desenvolvido pela Terceira

---

<sup>5</sup> Instituído pela Resolução n.º 971, de 29.09.2021 do TJMG.



Vice-Presidência, de cronograma de visitas técnicas às Comarcas considerada a possibilidade de indicação, inclusive, de Magistrados, Magistradas, servidores e servidoras com conhecimento e experiência para esse apoio.

Já está em curso cronograma inicial de visitas técnicas cujos registros poderão ser repassados às sub-redes e outros cronogramas poderão ser construídos a partir delas, para que aqueles Magistrados, Magistradas, servidores e servidoras que já estejam aptos a tanto, possam auxiliar a outros para iniciarem os seus projetos e aplicações



de Justiça Restaurativa, ressalvados, por óbvio, os parâmetros técnicos formativos exigidos pela legislação de regência.

Obviamente que tais replicações deverão contar com o imprescindível concurso dos trabalhos e servidores e servidoras da Central de Justiça Restaurativa - CEAJUR, nos moldes da Resolução 971/2021 para que sejam feitos de maneira estruturada e qualificada.

Por outro lado, na medida em que forem sendo documentados projetos de Justiça Restaurativa já existentes e com plena aplicação de práticas restaurativas,



será buscada a consolidação de **Banco de Boas Práticas de Justiça Restaurativa** contendo cartilhas, roteiros e outros documentos que permitam a outros Magistrados, Magistradas, servidores e servidoras identificar, com maior facilidade, como podem iniciar e prosseguir com projetos de JR a bem da adequada oferta dos serviços judiciais de Justiça Restaurativa.



## 6. PORTFÓLIO DE PROJETOS DE JUSTIÇA RESTAURATIVA TJMG

O presente portfólio apresenta iniciativas e projetos de Justiça Restaurativa desenvolvidos no TJMG, com o objetivo de difundi-los e incentivar a implantação de novos programas no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais.

Os projetos foram aprovados pela Terceira Vice-Presidência, após regular tramitação no âmbito da **REDE RESTAURA TJMG** - Rede Multinível, Multissetorial e



Interinstitucional Judiciária de Justiça Restaurativa do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

É relevante, nesse sentido, recordar-se que:

**Benchmarking** é o processo de comparação do desempenho entre dois ou mais sistemas com vistas a “procurar os melhores processos, as ideias inovadoras e os procedimentos de operação mais eficazes que



conduzam a um desempenho superior”<sup>6</sup>.

Assim, a formação de um portfólio, objetiva, antes de mais nada, propiciar a fácil identificação de projetos e áreas onde são aplicados.

Desta forma, busca-se ofertar a Magistrados, Magistradas, servidores e servidoras as iniciativas de Justiça Restaurativa que seriam de seu interesse, bem como para possível aproveitamento de elementos que

---

<sup>6</sup> DAYCHOUM, Merhi. 40 + 16 Ferramentas e Técnicas de Gerenciamento. 5ª edição. Editora Brasport. Rio de Janeiro: 2016. Pág 37.



possam contribuir para a formulação e execução de seus próprios projetos.

Ainda quando pelo **benchmarking** se busque boas referências, cada Cejusc e cada Unidade Judiciária, pelas peculiaridades sociais, geográficas e culturais onde inseridos, poderão desenvolver projetos que melhor se adequem à sua realidade.

Nesta primeira versão, o portfólio abaixo apresentado conta com projetos relativos a conflitos encartados nas seguintes áreas: escolar; violência doméstica;



família; relações laborais; criminal e prisional; infância e juventude.

Para maiores informações serão disponibilizados ao final deste documento os telefones, e-mails e unidades de apoio aos novos projetos de Justiça Restaurativa, para que o auxílio da Terceira Vice-Presidência a cada Cejusc e Unidade Judiciária possa partir de contatos mais diretos, próximos e fecundos.





# Portfólio

*DE PROJETOS*

ÍTEM 6.2 DO  
SUMÁRIO



## 6.2.1 CONTEXTO ESCOLAR

**Nome do projeto:** Programa Nós

**Comarca:** Belo Horizonte e interior

**Metodologia:** Círculos de Construção de Paz

**Síntese:** Trata-se de projeto interinstitucional realizado pelo TJMG em parceria com o Ministério Público, a Defensoria Pública, o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, a Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte e a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, para a utilização da Justiça Restaurativa nas escolas da rede pública municipal de educação de Belo Horizonte e nas escolas da rede pública estadual de Minas Gerais, como uma política de



prevenção, gestão, transformação, orientação e solução extrajudicial de conflitos verificados no ambiente escolar.



**Nome do projeto:** Escola que Restaura

**Comarca:** Araguari

**Metodologia:** Círculos de Construção de Paz

**Síntese:** No projeto denominado "Escola que Restaura" o Cejusc realiza círculos de construção de paz nas escolas do Município sede da Comarca, cujo objetivo é a redução e reparação dos conflitos no ambiente escolar, bem como reflexões sobre a convivência social, o respeito às diferenças em suas diferentes dimensões para a construção da cultura de paz na comunidade.



**Nome do projeto:** *Justiça Restaurativa em Governador Valadares/ Contexto Escolar*

**Comarca:** Governador Valadares

**Metodologia:** Círculos de Construção de Paz

**Síntese:** São realizados círculos de construção de paz no âmbito das Escolas da Comarca de Governador Valadares para tratar conflitos e/ou preveni-los.



## 6.2.2 CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

**Nome do projeto:** *Justiça Restaurativa em Alfenas/ Violência Doméstica*

**Comarca:** Alfenas

**Metodologia:** Círculos de Construção de Paz

**Síntese:** As práticas restaurativas ocorrem especialmente no âmbito da execução da pena dos crimes de Violência Doméstica. A Comarca conta com parceria interinstitucional da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL). As mulheres em situação de violência doméstica são atendidas no Fórum em pré-círculos.



**Nome do projeto:** Resignificar

**Comarca:** Araguari

**Metodologia:** Círculos de Construção de Paz

**Síntese:** No projeto denominado "Resignificar" são realizados círculos de construção de paz com as mulheres vítimas de violência doméstica, em que são trabalhados temas como autocuidado, autoconhecimento, fortalecimento de conexões e vínculos entre as participantes, reconhecimento e expressão de sentimentos e a compreensão do trauma, a fim de prestar apoio à vítima.



**Nome do projeto:** *Justiça Restaurativa em Governador Valadares/ Violência Doméstica*

**Comarca:** Governador Valadares

**Metodologia:** Círculos de Construção de Paz

**Síntese:** O Cejusc realiza círculos de construção de paz com mulheres em situação de violência doméstica.



**Nome do projeto:** Ponte para paz entre as famílias

**Comarca:** Ponte Nova

**Metodologia:** Círculos de Construção de Paz

**Síntese:** No projeto são realizados círculos de construção de paz com 2ª Vara Criminal e de Execuções Penais da Comarca e que foram beneficiados pelo Sursis. Tem como objetivo promover a reflexão sobre o contexto de desenvolvimento da violência doméstica e que estimule a autoestima, conexão, sensibilização e auto-responsabilização entre os envolvidos.



### 6.2.3 CONTEXTO FAMILIAR

**Nome do projeto:** Olhar Familiar

**Comarca:** Araguari

**Metodologia:** Conferências Familiares

**Síntese:** O projeto tem como objetivo o tratamento das questões relacionadas aos idosos, bem como fortalecer os vínculos familiares e comunitários. Após a procura do Cejusc pela família, são realizadas conferências familiares que contam com a participação do idoso, família, rede de assistência social e outras instituições objetivando soluções em conjunto com os membros da família.



**Nome do projeto:** Justiça Restaurativa em Governador Valadares/ Conflitos familiares

**Comarca:** Governador Valadares

**Metodologia:** Círculos de Construção de Paz

**Síntese:** São realizados círculos de construção de paz em processos oriundos da Vara de Família



#### 6.2.4 CONTEXTO LABORAL E ADMINISTRATIVO

**Nome do projeto:** Práticas restaurativas em casos de assédio moral do TJMG

**Comarca:** Belo Horizonte e interior

**Metodologia:** Círculos de Construção de Paz

**Síntese:** São realizados círculos de construção de paz objetivando o tratamento de conflitos que envolvam assédio moral no âmbito do TJMG.



**Nome do projeto:** Processos Circulares para Trabalhadores do TJMG

**Comarca:** Belo Horizonte

**Metodologia:** Círculos de Construção de Paz

**Síntese:** São realizados círculos de construção de paz temáticos com trabalhadores do TJMG, objetivando a criação de um espaço seguro, sigiloso e de caráter voluntário para que temas variados possam ser trabalhados em conjunto.



**Nome do projeto:** Florescer

**Comarca:** João Monlevade

**Metodologia:** Círculos de Construção de Paz

**Síntese:** No projeto denominado “Florescer” são realizados círculos de construção de paz entre os colaboradores da Comarca, objetivando o fortalecimento de vínculos da equipe de trabalho.



## 6.2.5 CONTEXTO CRIMINAL E PRISIONAL

**Nome do projeto:** *Justiça Restaurativa em Alfenas/ Criminal e Prisional*

**Comarca:** Alfenas

**Metodologia:** Círculos de Construção de Paz

**Síntese:** São realizados círculos de construção de paz não conflitivos com infratores dentro do presídio da Comarca, cuja condução das práticas ocorre por professora da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL).



**Nome do projeto:** *Justiça Restaurativa em Belo Horizonte/Criminal e Prisional*

**Comarca:** Belo Horizonte

**Metodologia:** Círculos de Construção de Paz e Mediação  
Vítima-Ofensor

**Síntese:** São realizados atendimentos restaurativos nos processos oriundos do Juizado Especial Criminal. O setor psicossocial realiza triagem na perspectiva multiportas e identifica a metodologia adequada ao caso. Feito isso, esta mesma equipe realiza os atendimentos restaurativos.



**Nome do projeto:** *Justiça Restaurativa em Belo Horizonte/Tribunal do Júri*

**Comarca:** Belo Horizonte

**Metodologia:** Círculos de Construção de Paz e possível adoção de outras metodologias

**Síntese:** A iniciativa busca atender vítimas, ofensores e comunidades afetadas por meio de metodologias restaurativas, promovendo uma abordagem além das sanções penais tradicionais para recompor o tecido social e reduzir reincidências, alinhando-se às diretrizes do CNJ.



**Nome do projeto:** Circular para Recomeçar

**Comarca:** Igarapé

**Metodologia:** Círculos de Construção de Paz

**Síntese:** São realizados círculos de construção de paz com os recuperandos que se encontram cumprindo pena em Unidades Prisionais de São Joaquim de Bicas.



**Nome do projeto:** *Justiça Restaurativa em Itabira/ Criminal e Prisional*

**Comarca:** Itabira

**Metodologia:** Círculos de Construção de Paz

**Síntese:** A Comarca editou Portaria para estabelecer procedimento para a adoção de práticas restaurativas no âmbito Cejusc. O ato normativo deu origem ao Projeto sediado na Comarca, criando um novo serviço a ser realizado pelo Cejusc, qual seja, o atendimento de processos remetidos pelas Varas da Comarca, sem restrição de matéria, com a realização de círculos de construção de paz. Os casos atualmente atendidos no âmbito penal são oriundos



especialmente das Varas Criminais e do Juizado Especial Criminal.



**Nome do projeto:** *Justiça Restaurativa em Ponte Nova/  
Criminal e Prisional*

**Comarca:** Ponte Nova

**Metodologia:** Círculos de Construção de Paz

**Síntese:** O Cejusc realiza círculos de construção de paz em casos processuais, remetidos pelas Varas da Comarca, bem como pré-processuais, independentemente da matéria. Até o momento os principais casos atendidos são oriundos do Juizado Especial Criminal, das Varas Criminais e da Execução Penal.



**Nome do projeto:** Semeando Mudanças: Justiça Restaurativa e o uso de drogas

**Comarca:** Ponte Nova

**Metodologia:** Círculos de Construção de Paz

**Síntese:** No projeto são realizados círculos de construção para contemplar os usuários de drogas, submetidos à Lei 11.340/06, objetivando a criação de um espaço dialogal que permita gerar sentimentos reflexivos e prospectivos nos participantes. Em substituição às penas previstas no art. 28 da Lei 11.343/06, é ofertada aos usuários de drogas a participação no círculo de construção de paz.



**Nome do projeto:** *Justiça Restaurativa em Viçosa/Criminal e Prisional*

**Comarca:** Viçosa

**Metodologia:** Círculos de Construção de Paz e Mediação Vítima-Ofensor

**Síntese:** A Comarca realiza, quando cabível, encontros de mediação vítima-ofensor objetivando a solução consensual do conflito nos casos oriundos do Juizado Especial Criminal. Ainda, o Cejusc realiza círculos de construção de paz nos processos remetidos pelas Varas Criminais.



## 6.2.6 CONTEXTO INFÂNCIA E JUVENTUDE

**Nome do projeto:** Circular para Recomeçar

**Comarca:** Igarapé

**Metodologia:** Círculos de Construção de Paz

**Síntese:** O Cejusc atende casos encaminhados pelas Varas da Comarca à Justiça Restaurativa, especialmente no âmbito da Infância e Juventude.



**Nome do projeto:** *Justiça Restaurativa em Itabira/ Infância e Juventude*

**Comarca:** Itabira

**Metodologia:** Círculos de Construção de Paz

**Síntese:** A Comarca editou Portaria para estabelecer procedimento para a adoção de práticas restaurativas no âmbito Cejusc. O ato normativo deu origem ao Projeto sediado na Comarca, criando um novo serviço a ser realizado pelo Cejusc, qual seja, o atendimento de processos remetidos pelas Varas da Comarca, sem restrição de matéria, com a realização de círculos de construção de paz. Casos abarcados no âmbito do Estatuto da Criança e Adolescente são encaminhados pela Vara de Infância e Juventude.



**Nome do projeto:** Florescer

**Comarca:** João Monlevade

**Metodologia:** Círculos de Construção de Paz

**Síntese:** No projeto denominado "Florescer" são realizados círculos de construção de paz com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade emocional, auxiliando na reorganização familiar, em casos oriundos da Vara da Infância e Juventude.



**Nome do projeto:** *Justiça Restaurativa em Viçosa/ Infância e Juventude*

**Comarca:** Viçosa

**Metodologia:** Círculos de Construção de Paz

**Síntese:** O Cejusc realiza círculos de construção de paz nos processos remetidos pela Vara de Infância e Juventude.



**Nome do projeto:** *Novos Voos*

**Comarca:** Araxá

**Metodologia:** Círculos de Construção de Paz

**Síntese:** Promover a reeducação e reabilitação de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa por meio da Justiça Restaurativa, realizando práticas restaurativas e oficinas que abordam temas relevantes, fortalecendo vínculos familiares e comunitários e promovendo a responsabilização e reinserção social dos adolescentes.



## 7. COMO IMPLANTAR A JUSTIÇA RESTAURATIVA NA SUA COMARCA

Objetivando facilitar aos Magistrados, Magistradas, servidores e servidoras engajarem-se em novas iniciativas de Justiça Restaurativa, em especial por meio do desenvolvimento de projetos de Justiça Restaurativa, foi publicada a cartilha **COMO IMPLANTAR A JUSTIÇA RESTAURATIVA NA SUA COMARCA**<sup>7</sup>, elaborada pela Terceira Vice-Presidência do TJMG por meio do esforço conjunto do Comitê de Justiça Restaurativa – COMJUR, da Assessoria de

---

7

<https://www.tjmg.jus.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8ACC80CE83D2C2D2018457758AA07AFD>



Gestão da Inovação – AGIN e do Serviço de Apoio ao  
NUPEMEC – SEANUP

Ela contém alguns pontos que  
abordam, entre outros aspectos: introdução, objetivos,  
alinhamento estratégico, público alvo, descrição de equipe,  
proposta de desenvolvimento, idealizadores do projeto, entre  
outros tópicos.

*É relevante* mencionar que a sequência  
de passos da cartilha pode, eventualmente, tomar ordem  
diversa, de acordo com o contexto, as potencialidades e os



desafios de determinada Comarca, o que não prejudica ou inviabiliza o processo de implantação.



## 8. CAPACITAÇÕES DISPONÍVEIS

A Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, em parceria com a Terceira Vice-Presidência, tem ofertado ações formativas destinadas à divulgação da Justiça Restaurativa e à capacitação de facilitadores.

O Curso *Noções introdutórias sobre Justiça Restaurativa*, na modalidade a distância, é destinado a interessados em conhecer as bases teóricas e principiológicas, bem como o contexto de surgimento e aplicação da Justiça Restaurativa.



O público alvo é irrestrito e o período de inscrições se renova semestralmente pelo site da EJEJ.

*Cursos de formação de facilitadores em Justiça Restaurativa* são ofertados regularmente, com seleção de participantes voltada para Comarcas engajadas na implantação ou expansão de práticas restaurativas.

Mais informações podem ser obtidas com a equipe do SEANUP - Serviço de Apoio ao NUPEMEC, por meio do e-mail [nupemec@tjmg.jus.br](mailto:nupemec@tjmg.jus.br).



## 9. CONCLUSÃO

A criação da rede **RESTAURA JR TJMG** propiciou a adequada documentação, aprovação e apoio aos projetos de Justiça Restaurativa, consoante os preceitos da Resolução n. 225/2016 do Conselho Nacional de Justiça, na medida em que consolida a atuação concreta e articulada do TJMG para efetivamente desenvolver a política pública judiciária de Justiça Restaurativa ali determinada.

Neste mesmo passo, dá-se cumprimento ao disposto na Resolução n. 971/2021 deste

79/78



Tribunal que Institui o **Programa de Justiça Restaurativa** e dispõe sobre a estrutura e funcionamento do Comitê de Justiça Restaurativa - COMJUR e da Central de Apoio à Justiça Restaurativa - CEAJUR no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais.

É de se ressaltar que o **COMJUR - Comitê de Justiça Restaurativa**, aprovou a criação da **REDE RESTAURA JR TJMG** e respectivas sub-redes que funcionará como estrutura de consolidação multinível, multissetorial e interinstitucional da política pública judiciária em apreço, nos moldes da Resolução 971/2021 deste Sodalício.



Por outro lado, permitirá à **CEAJUR - Central de Justiça Restaurativa**, melhor apoiar os projetos de Justiça Restaurativa nas demais Comarcas do Estado de Minas Gerais em conexão com a rede e sub-redes criadas.

A presença de **Articuladores de Rede, Gestores de Projetos, Facilitadores Restaurativos, Atores de Rede, Parceiros Internos e Parceiros Externos** certamente permitirá um robustecimento da estrutura material e humana disposta pelo Tribunal para tão relevantes serviços judiciários.



Por outro lado, as relevantes funções que cabem à CEAJUR continuarão a ser prestadas de maneira sinérgica com a Rede e Sub-redes citadas:

Art. 8º A CEAJUR, além de auxiliar o COMJUR no cumprimento de suas atribuições, também **será responsável pela condução e execução das iniciativas em Justiça Restaurativa no âmbito da Comarca de Belo Horizonte.**

Parágrafo único. A CEAJUR integra a estrutura organizacional da Terceira Vice-presidência e será coordenada



pelo ocupante do cargo em comissão a que se refere o art. 3º, parágrafo único.

Art. 9º Além das atribuições prevista no art. 8º, **cabe à CEAJUR:**

**I - prestar apoio administrativo** aos projetos de Justiça Restaurativa implantados no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais;

**II - organizar o cadastro dos facilitadores** de práticas restaurativas atuantes nos



Cejuscs e demais unidades judiciárias  
do Estado de Minas Gerais;

III - **coletar e organizar, mensalmente, a estatística** das iniciativas e projetos de  
Justiça Restaurativa desenvolvidos no  
âmbito do Estado de Minas Gerais;

IV - manter materiais permanentes e de  
divulgação das políticas, orientações e  
diretrizes do COMJUR;

V - **fornecer elementos ao Coordenador do Programa** para elaboração dos  
relatórios anuais sobre o



desenvolvimento e a execução da  
Justiça Restaurativa no âmbito do  
Estado de Minas Gerais.

Assim, os articuladores de rede e  
demais atores, cada qual em seu papel, poderão contar com  
o valioso suporte da CEAJUR na estruturação e consecução  
de programas, projetos e ações, bem como nos misteres que  
lhes foram atribuídos pela Portaria Conjunta n. 1.446/PR/2023.

Nesse sentido, a **rede RESTAURA** e **suas**  
**sub-redes** apenas reforçam a importância de considerar-se o



“caráter intersetorial, buscando estratégias de aplicação da Justiça Restaurativa em colaboração com as demais políticas públicas, notadamente segurança, assistência, educação e saúde” (inciso I, artigo 3º da Resolução n. 225, de 31 de maio de 2016 do Conselho Nacional de Justiça).

A plena operatividade da rede e sub-redes referidas encontra amparo nos objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 da ONU porquanto capaz de “promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o



acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”.<sup>8</sup>

Consoante o valioso magistério de Rosangela Helena Pezoti “Construir formas de diálogo e ações conjuntas, **com relações horizontais e de interdependência**, é uma **possibilidade das redes que podem enriquecer a gestão pública**”<sup>9</sup>. (g. n.)

---

<sup>8</sup> Agenda 2030 da ONU - ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes: promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

<sup>9</sup> Pezoti, Rosangela Helena. Gestão em rede e articulação intersetorial (Série Universitária) (p. 23). Editora Senac São Paulo. 2022. Edição do Kindle.



A horizontalidade e capilaridade passíveis de serem alcançadas com a rede **RESTAURA JR TJMG** e **suas sub-redes** têm permitido uma maior **difusão, expansão** e **implantação** da Justiça Restaurativa, na forma do artigo 5º da Res. 225/2016 do CNJ.

**Terceira Vice-Presidência/ TJMG**

**Dezembro/2025**